

E05	Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Engenharia Civil	Diploma registrado de conclusão de curso de nível superior em Engenharia Civil e registro regular no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	R\$ 6.551,52	1 + CR(4)	1
-----	---	--	--------------	-----------	---

[...]

ENSINO MÉDIO COMPLETO

Código de Opção	Cargo/Área/Especialidade	Escolaridade/Pré-Requisitos (a serem comprovados no ato da posse)	Vencimentos(1)	Nº Vagas(2)	Vagas Reservadas aos Portadores de Deficiência(3)
I09	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Certificado de conclusão de curso de Ensino Médio ou curso equivalente, expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.	R\$ 3.993,09	54 + CR(4)	3

[...]

2. Conforme deliberado pelo Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, através da Resolução nº 247/2010, os códigos de Opção de Zona de Classificação, os Municípios de Lotação e as Cidades de Realização de Prova estão vinculados às seguintes zonas:

b) ONDE SE LÊ:

IV. DAS INSCRIÇÕES

[...]

14.1 A tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não seu pedido.

LEIA-SE:

IV. DAS INSCRIÇÕES

[...]

14.1 A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não seu pedido.

c) ONDE SE LÊ:

X. DOS RECURSOS

[...]

4. Os recursos quanto ao indeferimento do pedido de isenção valor da inscrição deverão ser interpostos exclusivamente através do site da Fundação Carlos Chagas, www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público, tendo como termo inicial o primeiro útil subsequente à divulgação do resultado da análise do requerimento de isenção.

LEIA-SE:

X. DOS RECURSOS

[...]

4. Os recursos quanto ao indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição deverão ser interpostos exclusivamente através do site da Fundação Carlos Chagas, www.concursosfcc.com.br, de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à divulgação do resultado da análise do requerimento de isenção.

d) ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Judiciário - Área Judiciária e Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados

ONDE SE LÊ:

Direito Constitucional - [...] Direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais. Garantias constitucionais: garantias constitucionais individuais - princípio da legalidade, princípio da proteção jurídica, estabilidade dos direitos subjetivos, direitos à segurança, remédios constitucionais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos: garantias dos direitos coletivos; garantias dos direitos sociais. Da Organização do Estado: organização político-administrativa; da União, dos Estados Federados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. Da organização dos Poderes: Poder Legislativo: do processo legislativo; da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; dos Tribunais e Juízes do Trabalho. Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência. Do Poder Executivo Conselho Nacional de Justiça: Organização e Competência. Das Funções Essenciais à Justiça: o Advogado; o Ministério Público; a Advocacia Pública. Da ordem social: segurança social.

LEIA-SE:

Direito Constitucional - [...] Direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; da nacionalidade; dos direitos políticos. Garantias constitucionais: garantias constitucionais individuais - princípio da legalidade, princípio da proteção jurídica, estabilidade dos direitos subjetivos, direitos à segurança, remédios constitucionais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Da Organização do Estado: organização político-administrativa; da União, dos Estados Federados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. Da organização dos Poderes: Poder Legislativo: do processo legislativo; da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do Poder Executivo. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes do Trabalho. Conselho Superior da Justiça do Trabalho: Organização e Competência. Conselho Nacional de Justiça: Organização e Competência. Das Funções Es-

senciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública. Da ordem social: segurança social.

ONDE SE LÊ:

Direito Administrativo - [...] Licitações: princípios; modalidades; dispensa; e inexigibilidade; procedimentos e modalidades.

LEIA-SE:

Direito Administrativo - [...] Licitações: princípios; modalidades; dispensa; inexigibilidade; procedimentos.

ONDE SE LÊ:

Direito Civil - [...] Da invalidade do negócio jurídico: dos atos jurídicos lícitos e atos ilícitos, da prescrição e decadência. Das obrigações: das obrigações de dar coisa certa, das obrigações de não fazer, das obrigações alternativas, das obrigações divisíveis e indivisíveis e das obrigações solidárias. Dos contratos em geral. Do Mandato. Da transação. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa. Responsabilidade Civil. Das Sucessões: disposições gerais.

LEIA-SE:

Direito Civil - [...] Da invalidade do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e atos ilícitos. Da prescrição e decadência. Das obrigações: das obrigações de dar coisa certa, das obrigações de não fazer, das obrigações alternativas, das obrigações divisíveis e indivisíveis e das obrigações solidárias. Dos contratos em geral: Do Mandato; Da transação. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa. Responsabilidade Civil. Das Sucessões: disposições gerais.

ONDE SE LÊ:

Direito Processual do Trabalho - [...] Lei nº 11.419.

LEIA-SE:

Direito Processual do Trabalho - [...] Lei nº 11.419/2006.

ONDE SE LÊ:

Regimento Interno do TRT da 8ª Região - Do Tribunal: disposições preliminares; da organização do Tribunal; do Tribunal Pleno; do Órgão Especial; do Presidente do Tribunal; da Vice-Presidência; da Corregedoria; da Competência do Corregedor e do Desembargador Auxiliar da Corregedoria. Da ordem de serviço no Tribunal: do cadastramento e da distribuição de processos; do relator e do revisor; das pautas de julgamento; das sessões; dos acordãos; da execução contra a fazenda pública. Das comissões. Dos serviços administrativos.

LEIA-SE:

Regimento Interno do TRT da 8ª Região - Do Tribunal: da organização do Tribunal; da Direção do Tribunal; do Tribunal Pleno; das Seções Especializadas; das Turmas; das atribuições do Presidente do Tribunal; do Vice-Presidente; da Corregedoria Regional; dos Foros Trabalhistas; da Central de Mandados. Da ordem de serviço no Tribunal. Do Processo no Tribunal: da Requisição de Pagamento.

d) ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Judiciário - Área Administrativa

ONDE SE LÊ:

Direito Constitucional - [...] Poder Judiciário: disposições gerais; dos Tribunais. Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência. Conselho Nacional de Justiça: Organização e Competência. Funções Essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública. Tribunal de Contas da União: organização e competência.

LEIA-SE:

Direito Constitucional - [...] Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes do Trabalho. Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência. Conselho Nacional de Justiça: Organização e Competência. Das Funções Essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública. Tribunal de Contas da União: organização e competência.

ONDE SE LÊ:

Direito Administrativo - [...] Licitações: princípios; modalidades; dispensa; e inexigibilidade; procedimentos e modalidades.

LEIA-SE:

Direito Administrativo - [...] Licitações: princípios; modalidades; dispensa; inexigibilidade; procedimentos.

ONDE SE LÊ:

Contabilidade Pública, [...] Lei no 4.320/94: normas gerais de Direito Financeiro para elaboração, execução, e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEIA-SE:

Contabilidade Pública, [...] Lei no 4.320/1964: normas gerais de Direito Financeiro para elaboração, execução, e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

ONDE SE LÊ:

Regimento Interno do TRT da 8ª Região - Do Tribunal: disposições preliminares; da organização do Tribunal; do Tribunal Pleno; do Órgão Especial; do Presidente do Tribunal; da Vice-Presidência; da Corregedoria; da Competência do Corregedor e do Desembargador Auxiliar da Corregedoria. Da ordem de serviço no Tribunal: do cadastramento e da distribuição de processos. Dos serviços administrativos.

LEIA-SE:

Regimento Interno do TRT da 8ª Região - Do Tribunal: da organização do Tribunal; da Direção do Tribunal; do Tribunal Pleno; das Seções Especializadas; das Turmas; das atribuições do Presidente do Tribunal; do Vice-Presidente; da Corregedoria Regional; dos Foros Trabalhistas; da Central de Mandados. Da ordem de serviço no Tribunal: da Distribuição dos Processos.

e) ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Técnico Judiciário - Área Administrativa

ONDE SE LÊ:

Noções de Direito Constitucional - [...] Organização do Estado: da organização político-administrativa; da União, dos Estados, Distrito Federal e Territórios. Poder Legislativo: Congresso Nacional, do processo legislativo. Espécies normativas previstas na Constituição Federal: Emendas à Constituição, lei complementar, lei ordinária, lei delegada, medida provisória, decreto legislativo e resolução. Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República. Poder Judiciário.

LEIA-SE:

Noções de Direito Constitucional - [...] Organização do Estado: da organização político-administrativa; da União, dos Estados Federados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios. Poder Legislativo: do processo legislativo. Espécies normativas previstas na Constituição Federal: Emendas à Constituição, lei complementar, lei ordinária, lei delegada, medida provisória, decreto legislativo e resolução. Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes do Trabalho. Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência. Conselho Nacional de Justiça: Organização e Competência. Das Funções Essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

ONDE SE LÊ:

Regimento Interno do TRT da 8ª Região - Do Tribunal: disposições preliminares; da organização do Tribunal; do Tribunal Pleno; do Órgão Especial; do Presidente do Tribunal; da Vice-Presidência; da Corregedoria; da Competência do Corregedor e do Desembargador Auxiliar da Corregedoria. Da ordem de serviço no Tribunal: do cadastramento e da distribuição de processos. Dos serviços administrativos.

LEIA-SE:

Regimento Interno do TRT da 8ª Região - Do Tribunal: da organização do Tribunal; da Direção do Tribunal; do Tribunal Pleno; das Seções Especializadas; das Turmas; das atribuições do Presidente do Tribunal; do Vice-Presidente; da Corregedoria Regional; dos Foros Trabalhistas; da Central de Mandados. Da ordem de serviço no Tribunal: da Distribuição dos Processos.

Des. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA